

Queixas e Reclamações

'Congresso esbanja funcionários'

Tomei conhecimento da matéria publicada no *Estadão* do dia 21 do corrente, domingo, assinada pela jornalista Tânia Fusco, sob o título "Congresso esbanja funcionários".

Acreditando que as informações ali contidas tenham sido veiculadas sem o propósito gratuito de denegrir o nome ou a imagem de terceiros, mas apenas de denunciar o que a jornalista considera de interesse público conhecer, solicito de V. S^a a especial atenção no sentido de retificar alguns aspectos que, por equívoco, foram divulgados erroneamente, ou sejam:

Não é verdade que meu filho tenha sido admitido no Senado Federal durante minha gestão como diretor-geral da Casa. Aliás, e desafio provas em contrário, durante minha gestão nenhum servidor foi nomeado ou contratado sem que tivesse sido aprovado em concurso público.

Foi, também, durante minha gestão, que se proibiu toda e qualquer contratação, sob quaisquer artifícios, através de medida moralizadora, transparente e corajosa aprovada pela Comissão Diretora, então presidida pelo Senador José Fragelli e coordenada pelo Senador Enéas Faria.

A Administração Pública em geral e em particular o Senado Federal, ao longo dos anos, se valeu de inúmeros artifícios para agregar servidores aos seus quadros. Sou **peremptoriamente** contrário a esses artifícios e há sobejas provas nesse sentido através de atitudes que tenho tomado no âmbito de minha responsabilidade.

Por outro lado, as medidas saneadoras que tomei ou que encaminhei à consideração superior — amplamente do conhecimento dos servidores do Senado Federal — provocaram e provocam, volta e meia, reações revanchistas na tentativa de enxovalhar o meu nome.

Reafirmo declaração feita à jornalista Tânia, de que o meu filho é servidor da Casa desde 1982; tem prestado relevantes serviços ao Senado e à Constituinte e em que pese a forma de ingresso no Serviço Público, é conhecido pelo trabalho sério e competente que desenvolve onde quer que trabalhe. Reafirmo, também, que sou totalmente contrário à forma com que foi recrutado para o Serviço Público e espero que, com a Nova Constituição e a vontade política de nossos Líderes e Administradores, tais formas do ingresso sejam expurgadas de vez do nosso País. Mas, a bem da verdade, é bom que se esclareça que não chega a 10% o número de servidores recrutados através de concurso público pelo Senado, e fui eu, como Diretor-Geral, quem mais prestigiou os concursos públicos.

Espero contar com o elevado senso de justiça de V. S^a para este pequeno retoque, certo de que, mencionado nominalmente, mereço legalmente tal providência, sem embargos, é claro, de alguns outros conceitos formulados erroneamente pela jornalista e que não me cabe abordar vez que não exerço, por decisão própria, desde fevereiro de 1987, qualquer cargo de direção no Senado. **Lourival Zagonel dos Santos, Brasília**

N. da R — O sr. Lourival Zagonel dos Santos realmente não era "diretor geral do Senado" quando seu filho, Aldo Zagonel, foi contratado, em 1982, para o fictício quadro de obras do Senado. Segundo seu próprio depoimento, na ocasião ele era "diretor de serviços especiais" daquela casa e responsável pelas contratações do tal quadro de obras. Teve direito assim, ainda segundo suas afirmações, de incluir seu filho no trenzinho armado pela mesa diretora. Garantiu até que, por ser contra aquele "trem das obras", "de raiva" contratou o próprio filho.

Três anos depois, já diretor-geral da casa, poderia "de raiva" ter acabado com o quadro de obras — ficção administrativa que emprega economistas, engenheiros, psicólogos e jornalistas como pedreiros, mestre de obras ou serventes. O sr. Zagonel afirma que na sua administração não houve novas contratações de funcionários sem concurso público. Mas os serventes-engenheiros, como seu filho, continuaram contratados, recebendo salários de acordo com sua verdadeira profissão.

Embora "peremptoriamente contrário a esses artifícios", como insiste em sua carta, o sr. Zagonel não tomou qualquer providência para mudar esse estado de coisas. Ao contrário, quando diretor-geral, recusava-se inclusive a fornecer o número de funcionários do Senado. Só por interferência da 1^a Secretaria era possível conseguir tais informações.

Hoje, como funcionário do gabinete do senador José Richa (PMDB-PR), o sr. Zagonel informa que apenas 10% dos 5.368 funcionários do Senado foram contratados pela porta da frente, via concurso público, que agora defende. Não revela, no entanto, quantos concursos realizou na sua gestão.